

Estabilidade não passa, diz Afif

A Comissão de Sistematização não vai aprovar a estabilidade no emprego porque o vínculo com o empregado não pode ser indissolúvel, garantiu ontem o deputado Guilherme Afif Domingos, do PL, aos integrantes do Clube de Diretores Lojistas de São Paulo, durante almoço no Nacional Clube.

"Na União Soviética, ao invés de estabilidade no emprego, o Estado paga subvenção de alguns meses para o operário demitido, e isso fica mais barato do que manter uma multidão de ociosos que não alcançam nem produtividade nem eficiência", disse o deputado Afif Domingos. No entanto, aqui no Brasil o segundo substitutivo de Bernardo Cabral consagra o conceito de estabilidade. "Conversei com certas lideranças e chegamos à conclusão de que, como está, o texto não pode ficar. O vínculo empregatício deve ser dissolúvel, a estabilidade não existe em país algum do mundo."

Já o seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário como está no texto de Bernardo Cabral, é "de suma importância", na opinião do deputado do PL. Como também o pagamento em caso de demissão sem motivo algum. Mas a instituição da semana de trabalho de 40 horas, como estava no primeiro substitutivo e que não fica claro no segundo, não se trata de matéria da Constituinte mas de lei ordinária. "Trata-se de algo que precisa de uma negociação coletiva entre as partes. A lei tem



Fernando Pimentel — 4/05/87

Afif: indissolúvel não

de tratar exaustivamente dos desiguais de acordo com as desigualdades. A Constituição deve ter um princípio." Mas, conforme observou Afif, o jogo não está claro. "É que boa parte do PMDB quer a estabilidade no emprego e junto com outros partidos pode até conseguir."

Luiz Antonio Medeiros e Antonio Rogério Magri garantiram ao deputado Afif Domingos que "preferem conquistas explícitas como a indenização a algo mais duvidoso". E Luiz Ignácio Lula da Silva? "Bem, não quero falar por ele, mais prefiro a sinceridade do Lula à pastosidade ideológica de alguns políticos."

O rompimento da Aliança Democrática através da briga pela Previdência Social trata, segundo Afif Domingos, de "problema eleitoral". "Não quero falar em quadrilha, mas... Olha, o choque da austeridade, da moralidade, não existe, porque eles precisam manter os grupos políticos e atacam os efeitos sem mexer nas causas reais."

Sobre o mandato do presidente Sarney, o deputado do PL observa que inicialmente ele falou em seis anos de mandato, depois em cinco. "A partir daí ele começa a pagar o custo de sua sustentação que é o oposto do plano de austeridade."

Afif Domingos defendeu a eleição direta já em 1988 para presidente da República, e para deputados estaduais e federais, já que, segundo ele, muitos se elegeram à custa do Plano Cruzado.

Público deve ser informado sobre sistema

Depois de várias pesquisas sobre parlamentarismo e presidencialismo, "o que está faltando é medir o nível de informação da população sobre os sistemas de governo", afirma a diretora do Ibope em São Paulo, Neyza Bravo Mendes Furgler. Só dessa maneira se poderá explicar o porquê das diferenças entre os resultados das últimas pesquisas. No entanto, para a gerente do Departamento de Pesquisas de O Estado, Vera Lúcia de Domenico, as diferenças são até naturais, já que os resultados dependem da metodologia escolhida, do público pesquisado e, principalmente, da época em que a pesquisa foi realizada. "As pessoas podem mudar de opinião de um mês para o outro", garante Vera Lúcia.

Neyza confirma essa tese, lembrando que pesquisas de opinião pública apenas "detectam o que está no ar", ou seja, dão a tendência do que pensam as pessoas em determinado momento. Apesar das diferenças entre uma e outra, técnicos do setor acreditam que as pesquisas são recebidas com seriedade e credibilidade. E essas diferenças podem ser causadas também pelo tipo de pergunta feita ao entrevistado, lembra o vice-presidente da LPM e presidente da Associação Brasileira dos Institutos de Pesquisa de Mercado, Antônio Carlos da Silva. Segundo ele, o formulário de perguntas deve conter todas as respostas possíveis, para não induzir a um resultado.

Neyza Bravo, do Ibope, dá mais uma informação importante: as pesquisas não são formadoras de opinião. Fosse assim, um candidato favorito numa preliminar ganharia a eleição.



Alencar Monteiro

Os constituintes, ainda às voltas com o artigo 5º

Numa semana, só um artigo

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Há uma semana, a Comissão de Sistematização está empenhada na votação do artigo 5º, do capítulo II, título II, do substitutivo de Bernardo Cabral e ainda não conseguiu terminá-lo. A votação desse artigo foi iniciada na tarde do dia 28 de setembro.

Na sessão da tarde de ontem ficou decidido por 59 votos contra apenas quatro que a futura Constituição vai garantir aos estrangeiros e empresas multinacionais o mesmo direito dos cidadãos e empresas nacionais de propor ações populares que visem a anular ato ilegal.

Ficou garantido, também, que as ações de habeas corpus (para relaxamento de prisão) e habeas data (para moções de inconstitucionalidade) serão serviços gratuitos, ficando às custas do autor as ações de mandado de segurança e mandado de injunção.

As camadas mais pobres da população foram beneficiadas com a votação de ontem na Sistematização que aprovou a proposta do deputado Nider Barbosa (PMDB-ES) que garante a gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania. Ou seja, a lei ordinária deverá definir os casos em que serviços como registro civil e atestado de óbito, por exemplo, poderão ser gratuitos. Uma emenda bem mais avançada, propondo gratuidade dos serviços essenciais de cartório, de autoria do senador Maurício Correia (PDT-DF), foi prejudicada pelas disposições regimentais. O fato é que o senador não é membro da comissão e esqueceu-se de pedir por escrito que um colega, no caso o deputado Bocaíuva Cunha (PDT-RJ) que a defendesse. Foi tam-

bém aprovada por 50 votos a favor e 39 contra, a emenda do senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ) estabelecendo que a propriedade rural com até 25 hectares, desde que trabalhada por uma família, não pode ser objeto de penhora para pagamento de débito. Esta foi a primeira emenda examinada ontem, num total de 143 a serem incluídas "onde couber", como desejam seus autores. Por essa razão elas começaram a ser apreciadas depois do parágrafo 55, o último do artigo 5º.

Na sessão da noite, a Comissão de Sistematização decidiu por 49 votos contra 41 que os documentos sigilosos não serão indistintamente liberados à divulgação depois de 20 anos. Esse resultado foi aplaudido pelo seu presidente, senador Afonso Arinos, que lembrou ser a proteção dos documentos muito importante para a política externa. A emenda, para ser incluída onde coubesse no capítulo 5º, era de autoria do deputado Euclides Scalco (PMDB-PR) e foi defendida pelo deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG).

Houve também, no início da noite, demorada discussão em torno da emenda do senador Nelson Carneiro, estabelecendo que "ninguém ficará sem registro de filiação perante o notário público; os nomes do pai e da mãe serão consignados independentemente do estado civil dos pais". A emenda foi defendida por seu autor e pelo senador Leite Chaves (PMDB-PR) e combatida pelos deputados Osvaldo Lima Filho e Egidio Ferreira Lima, ambos do PMDB de Pernambuco, que a consideraram "perigosa" pois abre "possibilidades de fraude e anarquia na organização familiar". O senador retirou a proposta para voltar ao assunto na votação específica da família.

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, reuniu ontem a Mesa e prorrogou por 20 dias o prazo de votação na Comissão de Sistematização, contados a partir de depois de amanhã. Ele recomendou, contudo, a realização de várias sessões diárias, lembrando que para examinar os 330 artigos restantes do substitutivo de Bernardo Cabral será necessário votar, no mínimo, 17 artigos por dia.

Agora, a Comissão de Sistematização terá até o dia 28 de outubro para concluir a votação e aprovar a redação final, estando prevista para o dia 29 a impressão do texto avulso, que será distribuído no dia seguinte. A apresentação dos destaques fica para os dias 31 de outubro e 1º de novembro, devendo a classificação dos mesmos para votação em plenário ocorrer dias 2, 3 e 4 de novembro. Só no dia seguinte, 5, terá início a votação em plenário.

Ulysses Guimarães explicou que esses 20 dias de prorrogação poderão ser recuperados no plenário, já que os destaques (votação em separado) aprovados ou prejudicados não poderão ser reapresentados, o que deverá reduzir substancialmente o número de emendas. Ele informou ainda que está havendo um grande esforço dos líderes no sentido de reduzir os destaques na Sistematização, para acelerar os seus trabalhos.

Já a partir de segunda ou terça-feira da próxima semana entrará em funcionamento o painel eletrônico de votação, anunciou Ulysses Guimarães, informando que os códigos secretos de cada constituinte já estão sendo enviados, junto com um manual de orientação. Com esse equipamento, o resultado da votação sairá em apenas cinco segundos.

Ulysses Guimarães garantiu que a nova Constituição será promulgada ainda este ano, apesar das sucessivas prorrogações de prazos. Segundo disse, várias "interrogações importantes na área social, empresarial e nos diferentes setores do País aguardam essa Constituição.

Contag pressiona os constituintes

Trabalhadores rurais de todo o País realizaram ontem, na rampa do Congresso, ato público para pressionar os constituintes a votarem a proposta de emenda popular da reforma agrária patrocinada pelo Contag, CUT e CGT, que recebeu mais de dois milhões de assinaturas. Outras manifestações estão previstas para hoje e amanhã, em diversos pontos de Brasília. Os manifestantes estão acampados no parque da cidade — mesmo local ocupado recentemente pela UDR. Segundo o secretário da CUT, Avelino Ganzi, "a classe está mobilizada e consciente da necessidade de mudar a sociedade e encontrar um espaço digno para os rurícolas espoliados pelos latifundiários".